

## Leis



### LEI Nº 311/2022, DE 15 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE COTEGIPE, DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Cotegipe para o exercício de 2023, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições das alterações na legislação tributária;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII - as disposições gerais.

#### Capítulo II DAS PRIORIDADES E METAS

**Art. 2º** As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos, fundos e

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel (77) 3521-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, especificadas no ANEXO I – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO, especificamente para o ano de 2023, será parte integrante do **PPA – Plano Plurianual - 2023/2025** as quais devem guardar consonância com as diretrizes estratégicas e Programas estabelecidos nessa Lei, PPA Plano Plurianual e, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2023, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**Parágrafo Único.** Na elaboração e durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2023, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas no anexo de que trata o *caput*, aumentando e ou diminuindo, incluindo e ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

**Art. 3º** No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

- I - Valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas, infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e regularização fundiária;
- IV - Empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;
- V - Priorização para os projetos de educação, proteção para criança e adolescente, saúde e saneamento básico;
- VI - Preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;
- VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da cobrança dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança desses tributos e da Dívida Ativa;
- VIII - modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas de governo, bem como a iniciativa privada.



**Art. 4º** As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício financeiro de 2023, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

### **Capítulo III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II - Subfunção, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - Atividade, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - Projeto, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das

quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - categoria de programação, a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - órgão, secretaria ou entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - Transposição, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



X - Remanejamento, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - transferência, o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive abertura de créditos adicionais;

XIII - passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV - Crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - crédito adicional especial, as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - crédito adicional extraordinário, as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII - unidade orçamentária consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - unidade gestora, Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de

**Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96**  
**Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)**



Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária, gerência e controle;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa, a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade;

XXII - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da

Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII - provisão, ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV - descentralização interna é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão, secretaria ou órgão diretamente subordinado a Prefeita ou ao Presidente da Câmara, ou de uma mesma entidade, autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente;

XXV - descentralização externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

XVI - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

XVII - conveniente, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XVIII - execução física, a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

**Art. 6º** A Lei Orçamentária discriminará a despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão, unidade orçamentária, funções e subfunções de

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por categorias econômicas, grupo de natureza de despesa (GND) e modalidade de aplicação.

**Art. 7º** Na execução orçamentária a classificação da despesa, segundo sua natureza, observará a estrutura constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

**§ 1º** As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

**§ 2º** Os grupos de natureza de despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa com iguais características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;

II - Juros e Encargos da Dívida – 2;

III - Outras Despesas Correntes – 3;

IV - Investimentos – 4;

V - Inversões Financeiras – 5;

VI - Amortização da Dívida – 6.

**§ 3º** A Reserva de Contingência, prevista nesta Lei, será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

**§ 4º** A modalidade de aplicação constitui-se em informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos ou por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

**§ 5º** A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

**§ 6º** As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



§ 7º O elemento de despesa tem por finalidade identificar o objeto do gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras

e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, inclusive apuração de custos, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

§ 9º As fontes de recursos de que trata o *caput*, serão apresentadas em conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Resoluções do TCM-BA.

**Art. 8º** A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, além da mensagem e do respectivo texto do projeto de lei, será composta de:

- I - Quadros orçamentários consolidados;
- II - Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativos e informações complementares.

§ 1º O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

I - A receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo 01 definido pela Lei nº 4.320/64;

II - A receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo 02 definido pela Lei Federal nº 4.320/64;

III - da despesa, segundo as classificações institucional, funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 2º Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso III, do *caput* deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

I - Demonstrativo da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14/96 e nº 53/06;

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



II - Demonstrativo da programação referente ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e Lei Complementar nº 141/2012;

III - demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

IV - as tabelas explicativas de que trata o artigo 22, inciso III, da Lei 4.320/64.

**Art. 9º** A receita será detalhada, na proposta e na Lei Orçamentária Anual, por sua natureza e origens, conforme classificação estabelecida nos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normas complementares pertinentes.

**Art. 10** A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - Dos tributos de sua competência;

II - Das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - Dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - Das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - Da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX - Dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente;

X - De outras rendas.

**Art. 11** Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial,

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)





de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

**Art. 12** O Orçamento Analítico, também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita por fonte de recursos.

**Art. 13** A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas pelos seus valores brutos, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º Os Fundos e Entidades Municipais legalmente instituídos, integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

**Art. 14** Os créditos Orçamentários consignados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos.

§ 1º A descentralização será processada mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida nesta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão e unidade de origem.

§ 2º As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 3º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



§ 4º O Órgão ou unidade orçamentária e gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, da Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 5º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - Descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado a Prefeita ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II - Descentralização de crédito externo é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 6º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as

classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

#### **Capítulo IV** **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS** **E SUAS ALTERAÇÕES**

##### **Seção I** **DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 15** Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2023, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei.

**Art. 16** A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2022.

**Art. 17** A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo órgão competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



**Art. 18** A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art. 19** Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirá novos projetos se:

I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - Houver viabilidade técnica e econômica;

III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;

IV - Ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

**Parágrafo Único.** Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho do exercício em curso, ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu custo total estimado.

**Art. 20** As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem como as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

**Art. 21** Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa e observadas às vedações e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 22** O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de agosto de 2022, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de consolidação com a proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

**§ 1º** Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - O estabelecido na Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

II - O disposto no Parecer Normativo nº 012/06, de 26 de abril de 2006, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



III - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

**§ 2º** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais estabelecidos na legislação vigente, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

**§ 3º** Para fins do disposto no parágrafo anterior tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada o até o mês de julho projetado até dezembro de 2022.

**Art. 23** Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 15 de agosto, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 24** O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2022, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2023 conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

I - Número e data do ajuizamento da ação originária;

II - Número e tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - Data da autuação do precatório;

V - Nome do beneficiário;

VI - Valor a ser pago; e,

VII - data do trânsito em julgado.

**Art. 25** Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o estabelecido no art. 51 desta Lei.



**Art. 26** É autorizada a inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e que preencha uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e outras áreas de interesse público;

II - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;

III - Sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - Sejam qualificadas como organizações sociais.

**§ 1º** - As entidades beneficiadas com recursos de subvenções e auxílios, submeter-se-ão a fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos bem como o cumprimento das metas e objetivos acordados.

**§ 2º** Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 27** A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

**Art. 28** A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", em montante não superior a 1,5% (um e meio por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Único.** Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2023, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para

abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

**Art. 29** O Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para exercício financeiro de 2023, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



§ 1º Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - Mediante audiências públicas, realizadas na Sede e ou nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - Pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

§ 2º Nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

**Art. 30** Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos; e

b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - No caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - No caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.



**Art. 31** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos adicionais suplementares ou especiais.

**Parágrafo Único.** No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

**Art. 32** O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 33** Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, e Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os projetos e atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;

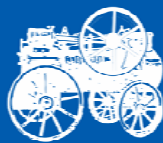
§ 3º Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, por ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

§ 5º Os QDDs poderão ser alterado, no caso da falta de um elemento de despesa específica dentro de uma unidade orçamentária, criando e inserido um novo elemento de despesa observando a mesma categoria ou grupo de despesa, obedecendo a mesma fonte de recurso, em conformidade com os princípios do parágrafo anterior.

## Seção II DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



PREFEITURA DE  
**COTEGIPE**  
MUITO MAIS TRABALHO!

**Art. 34** O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

**Parágrafo Único.** A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e das Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06.

**Art. 35** O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculadas as funções de previdência, assistência social e saúde.

**Parágrafo Único.** A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei Complementar nº 141/2012.

**Art. 36** Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I - Recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivo a assistência e previdência social;

II - Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

### Seção III

## DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO

**Art. 37** Com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas nos anexos desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária, detalhado no mínimo nos seguintes agrupamentos: Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de Recursos.

§ 1º O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica e fontes.

§ 2º O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, também promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)





**Art. 38** Ocorrendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos anexos que integram esta Lei, adotar-se-á os seguintes procedimentos:

I - Definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total

das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2023, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no *caput* deste artigo;

IV - A limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

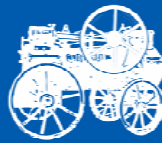
- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

§ 1º Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

§ 3º Se o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



PREFEITURA DE  
**COTEGIPE**  
MUITO MAIS TRABALHO!

#### **Capítulo V** **DAS DISPOSIÇÕES DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 39** Projetos de Lei poderão ser elaborados no sentido de rever e atualizar a legislação tributária, e também visando modernizar a administração das finanças do Município e incrementar a arrecadação municipal.

§ 1º - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar No. 101 de 2000.

§ 2º. - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 3º. - O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de quinze dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la

**Art. 40** O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, da constante atualização do cadastro dos contribuintes e a execução permanente de programas de fiscalização.

#### **Capítulo VI** **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 41** Das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

**Art. 42** As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2023, projetadas para o exercício de 2023, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e

admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



**Art. 43** No exercício financeiro de 2023 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

**Parágrafo Único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 44** As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

**§ 1º** Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - Não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

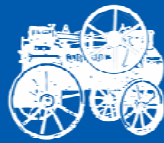
**§ 2º** Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

**Art. 45** O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar concurso público, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

#### Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



PREFEITURA DE  
**COTEGIPE**  
MUITO MAIS TRABALHO!

**Art. 46** A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

**Art. 47** A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

**Parágrafo Único.** A Secretaria de Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para implantação de sistema de apuração de custos que possibilite o controle e acompanhamento dos gastos incorridos nas ações orçamentárias.

**Art. 48.** – O chefe do Poder Executivo, em caso de necessidade, encaminhará à Câmara de Vereadores projeto de lei, sobre alterações na Legislação Tributária Municipal e incremento de receita, incluindo:

I - Alterações na legislação tributária,

II – Revisão de isenção e incentivos fiscais;

III – revisão da legislação tributária municipal em decorrência de eventuais modificações da legislação federal e estadual;

IV – Revisão dos índices já existentes, indexados a tributos, tarifas ou multas e, ainda criação de novos índices.

V – Modernização da Administração Tributária

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício anual, observada a legislação vigente.

**Art. 49.** – O incremento da receita tributária deverá ser buscado, mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro de contribuintes, e a execução permanente de programa de fiscalização.

### Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 50** Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Art. 51** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo Único.** A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

**Art. 52** Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais definidos pelo Governo Federal.

**Art. 53** Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

I - Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II - A possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;

III - a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e ou União;

IV - A cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;

V - Ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

**Art. 54** Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo I - Metas Fiscais
- Anexo II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Anexo III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Anexo IV - Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido
- Anexo V - Demonstrativo de Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)



- Anexo VI - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- Anexo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
- Anexo VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo IX - Riscos Fiscais
- Anexo X - Descritivo da Metodologia da Projeção das Metas Fiscais

**Parágrafo Único.** Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2023, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado.

**Art. 55** Os Anexos da Lei do Plano Plurianual e desta Lei serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais

Suplementares e Especiais, assim como das transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

**Art. 56** Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante será executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

**Art. 57** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 58** Revogam-se as disposições em contrário.

**Sala das Sessões, em 15 de junho de 2022.**

**MÁRCIA DA SILVA SÁ TELES**  
Prefeita Municipal

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-Ba - CEP 47900-000 - CNPJ 13.654.892/0001-96  
Tel: (77) 3621-2424 Email: [prefeturacotegipeba@gmail.com](mailto:prefeturacotegipeba@gmail.com)

**ANEXO I**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023**

**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
<b>PROGRAMA/MACROAÇÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>META%</b>
<b>1.PODER LEGISLATIVO</b>	1.Manutenção das atividades do legislativo;	100
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>SETOR/MACROAÇÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>META%</b>
<b>1.Gabinete do Prefeito PROGRAMA GABINETE DO POVO</b>	• Ações que visem melhor qualidade dos serviços ofertados à população	100
	• Promoção e divulgação das ações de governo	100
	• Gestão das ações e atividades de governo;	100
	• Construção e gestão da agenda de governo;	
<b>2.Procuradoria geral do Município</b>	1.Modernização e fortalecimento dos serviços dos processos do Sistema Jurídico Municipal, responsável pela defesa Judicial e Extrajudicial do Município;	100
		100
<b>3. Controle interno</b>	1.Apoio as atividades e programas do controle interno do município	100

<p style="text-align: center;"><b>4. Secretaria de administração e planejamento</b></p> <p style="text-align: center;"><b>PROGRAMA: Mais Administração</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• . Adotar as medidas para cumprimento dos limites e determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal; 50</li> <li>• Garantir a continuidade na transparência das comissões de licitações do município 50</li> <li>• Manter a transparência municipal de modo que todos continuem acessando as informações governamentais municipais como leis, decretos, resoluções, projetos, receitas e despesas, entre outros; 100</li> <li>• Implantar o ponto digital em todas as instituições públicas do município. 100</li> <li>• Melhoramento das instalações das secretarias municipais Promover eficiência no atendimento ao público; 100</li> <li>• Manter o Núcleo Jurídico Municipal; 100</li> <li>• Desenvolver melhoria do serviço de Controle Interno primando pela Legislação Municipal. 30</li> <li>• Garantir os direitos e valorizar o servidor</li> <li>• Manter o Sistema de gestão Informatizado;</li> <li>• Capacitação e treinamento de funcionários, desenvolvendo política de recursos humanos na Prefeitura</li> <li>• Criação do Plano de Carreira dos profissionais da secretaria municipal de administração e planejamento;</li> <li>• Manutenção e ampliação dos serviços da Guarda Municipal,</li> <li>• Aquisição de dois carros traçados e 05 motos para a guarda municipal, ,</li> <li>• Construção de prédios com estruturas para o trabalho da polícia militar e civil</li> </ul>	
--	---	--



<b>5. Secretaria de educação</b> <b>Programa:</b> <b>EDUCAÇÃO COM</b> <b>QUALIDADE DE VIDA</b>	• Aquisição de kits de avaliação (simulados) para preparar os alunos para as avaliações externas;	100
		100
		100
	• Adquirir 01 vans para transporte de professores;	5
		5
	• Adquirir ônibus para o transporte escolar dos estudantes (universitários e demais localidades);	2
		100
		100
		100
	• Adquirir 02 camionetes 4x4 para o monitoramento e acompanhamento dos trabalhos pedagógicos;	100
		100
		100
	• Ampliar internet nas escolas;	100
		100
	• Aquisição de um carro furgão para transporte de gêneros frios da merenda escolar;	100
		100
	• Aquisição de 01 automóvel (carro popular) para a secretaria municipal de educação;	100
		100
	• Equipar as escolas com recursos tecnológicos para o ensino remoto;	100
		100
• Ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar;	100	
	100	
• Construção de quadras poliesportivas;	100	
	100	
• Ampliação e reforma das escolas;	100	
	100	
• Aquisição de mobiliário escolar;	100	
	100	
• Aquisição de acervo literário para as escolas;	100	
	100	
• Aquisição de material pedagógico por área do conhecimento para as escolas;	100	
	100	
• Adequar os espaços escolares para a acessibilidade;	100	
	100	
• Realizar a semana pedagógica;	100	

<p><b>6. Secretaria de saúde</b></p> <p><b>Programa: MUITO MAIS SAÚDE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipar e implementar o Laboratório Municipal; 100</li> <li>• informatização das Unidades; 100</li> <li>• Aquisição e Manutenção de Equipamentos para sala de estabilização; 30</li> <li>• Equipar Centro de Fisioterapia; 100</li> <li>• Reforma e ampliação de todas as Unidades De Saúde; 30</li> <li>• Firmar parceria com Ministério da Saúde para implementar o Programa da Academia da Saúde no município e nos distritos; 100</li> <li>• Adquirir novas ambulâncias (carros traçados), para atender regiões de difícil acesso; 100</li> <li>• Adquirir dois veículos traçados para atender regiões ribeirinhas; 100</li> <li>• Construir CAM (Centro de Atendimento a Mulher) com implantação do programa municipal saúde da mulher para o combate eficaz e rápido do câncer de color uterino e de mama; 100</li> <li>• Implantar o Programa de Saúde do Homem para o controle e prevenção do câncer de próstata; 100</li> <li>• Implantar Assistência à Saúde da Criança, com atendimento médico especializado em pediatria; 100</li> <li>• Aquisição de Unidade Móvel de Saúde; 100</li> <li>• Implantar projeto Mutirão da Saúde; 100</li> <li>• Implantar casa de apoio ao profissional da saúde nas regiões ribeirinhas; 100</li> <li>• Capacitar e treinar profissionais da saúde em serviços de formação continuada e curso de relações interpessoais; 50</li> <li>• Ampliar Programa Saúde na Porta; 100</li> <li>• Implementar ações de capacitação dos agentes comunitários de saúde; 100</li> <li>• Implementar centro de acompanhamento/recuperação para pessoas com vulnerabilidade social; 100</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de setor para filtrar a qualidade das informações do CAD_ÚNICO 30</li> <li>• Promover ações de combate a extrema pobreza 100</li> <li>• Equipagem dos equipamentos da assistência social e anexo 100</li> <li>• Apoiar as ações dos Conselhos de Direitos 100</li> <li>• Aquisição de veículos</li> </ul>

<p align="center"><b>7. Secretaria de assistência social</b></p> <p align="center"><b>Programa: ASSISTENCIA SOCIAL E GARATIA DE DIREITOS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilizar conjunto habitacional 100</li> <li>• Capacitação para profissionais do SUAS 100</li> <li>• Ampliar e reformar o Espaço de Vida 100</li> <li>• Fortalecer as ações do PAEF 100</li> <li>• Fortalecer as da ações do PAIF 100</li> <li>• Apoiar as gestantes e famílias na preparação para o nascimento 100</li> <li>• Fortalecer ações na primeira infância 100</li> <li>• Ampliar as ações do SCFV 100</li> <li>• Fortalecer as ações de crianças, adolescentes e juventude 50</li> <li>• Criar mecanismo de combate a violência contra mulher 50</li> <li>• Aquisição de equipamentos para brinquedoteca 10</li> <li>• Implementar ações de inclusão e melhorar assistência para pessoas com deficiência 100</li> <li>• Fortalecer os projetos sociais que envolvam campanhas 100</li> <li>• Fortalecer as ações do CREAS 100</li> <li>• Equipar e mobiliar a Casa de Apoio 100</li> <li>• Desenvolver ações de segurança alimentar e nutricional 100</li> <li>• Construir a sede própria do Conselho Tutelar 100</li> <li>• Apoio institucional ao Conselho Tutelar 100</li> <li>• Promover formação continuada para os Conselheiros Tutelares 100</li> <li>• Manutenção das ações do Conselho Tutelar 100</li> <li>• Atualização da Lei de Benefício Eventual 100</li> <li>• Garantir a oferta de Proteção Social para famílias em situação de vulnerabilidade Temporária; 100</li> <li>• Concessão de Benefício Eventual- Alimentação 100</li> </ul>	
<p align="center"><b>8. Secretaria de infraestrutura</b></p> <p align="center"><b>Programa: INFRAESTRUTURA PARA UM MUNICIPIO MELHOR</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação asfáltica sede e Distritos, como Comunidade Macambira. 100</li> <li>• Construção e reforma de Pontes. 100</li> <li>• Asfalto Cotegipe Jupaguá 100</li> <li>• Manutenção e reforma de Estrada vicinais. 100</li> <li>• Manutenção da limpeza pública 30</li> <li>• Aquisição de novas maquinas. 100</li> <li>• Construção e reforma de Praças e jardins. 30</li> <li>• Construção do Terminal rodoviário 50</li> <li>• Melhoramento dos sistemas de água. 100</li> <li>• Melhoramento iluminação pública. 50</li> <li>• Portal na entrada da cidade</li> </ul>	

<p><b>9. Secretaria de AGRICULTURA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o crédito para o pequeno produtor rural e garantir o retorno do Garantia Safra;</li> </ul>	50
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e apoiar suas iniciativas;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar e dar suporte à infraestrutura básica no meio rural;</li> </ul>	50
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar o programa municipal de assistência técnica agrícola e veterinária, em culturas tradicionais;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar o viveiro de mudas de plantas nativas;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a produção de leite, com apoio à COTELEITE e aquisição de mais tanques de resfriamento de leite e apoio ao melhoramento genético de animais;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar Sistema de Inspeção Municipal – SIM;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o Programa Terra Fértil Produtiva: com aquisição de Patrulha mecanizada;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessoria e acompanhamento técnico para correção de solo;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• e implantação de sistema de irrigação;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a cadeia produtiva dos pequenos agricultores municipais e circuitos curtos de comercialização através de feiras dedicadas aos produtos artesanais;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de veículo traçado para atendimento das ações da Secretaria Municipal de Agricultura;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar Núcleo Municipal de Regularização Fundiária do programa Titula Brasil, do INCRA;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar projetos de empreendedorismo pleiteados pelas famílias da Agricultura Familiar, bem como associações e cooperativas, também fortalecendo as agroindústrias;</li> </ul>	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Firmar parceria com entidades como Sebrae, Inema, sindicatos, associações rurais e conselhos, para criação do programa municipal de qualificação rural.</li> </ul>	100

<b>10.MEIO AMBIENTE, TURISMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	• Arborização de áreas urbanas e rurais;	100
	• Reflorestamento de 50 % da mata atlântica em nosso município;	100
	• Recuperação de 80 nascentes das 320 catalogadas,	100
	• Implantar turismo ecológico,	100
	• Contemplar o projeto vozes de educação ambiental.	100
	• Implantar coleta seletiva nas áreas residenciais urbanas e rurais,	100
	• Capacitação de catadores;	100
	• Contemplar projetos de desenvolvimento sustentável.	100



**DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2023**

Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Contábil (b)	% PIB (a/PIB) x100	% RCL (a/ RCL) x 100	Valor (b)	Valor Contábil (c)	% PIB (c/PIB) x100	% RCL (b/ RCL) x 100	Valor (d)	Valor Contábil (e)	% PIB (e/PIB) x100	% RCL (d/ RCL) x 100
Receita Total	47.251.820,00	44.243.277,15	0,013	93,66	48.811.130,06	47.024.210,04	0,013	93,21	50.373.086,22	48.811.130,06	0,0001	93,21
Receitas Primárias (I)	47.251.820,00	44.243.277,15	93,659	93,66	48.811.130,06	47.024.210,04	0,013	93,21	50.373.086,22	48.811.130,06	0,0001	93,21
Despesa Total	47.251.820,00	44.243.277,15	93,659	93,66	48.811.130,06	47.024.210,04	0,013	93,21	50.373.086,22	48.811.130,06	0,0001	93,21
Despesa Primária (II)	47.225.179,58	44.218.312,94	0,013	93,61	48.783.610,50	46.997.697,98	0,013	93,15	50.344.686,04	48.783.610,50	0,0001	93,15
Resultado Primário (III) = (I - II)	24.640,79	23.924,89	0,000	0,05	27.519,53	24.432,65	0,000	0,05	28.398,28	25.763,83	0,000	0,05
Resultado Nominal	1.199.039,24	1.122.695,95	0,000	2,38	1.238.607,57	1.193.263,54	0,000	2,37	1.278.243,01	1.238.607,57	0,000	2,37
Dívida Pública Consolidada	11.348.837,22	10.626.252,08	22,499	22,499	11.723.348,85	11.294.170,37	0,000	22,39	11.655.583,80	11.294.170,37	0,000	22,39
Dívida Consolidada Líquida	12.447.062,51	11.654.932,91	0,003	24,67	12.857.835,57	12.387.105,56	0,003	24,55	12.783.492,98	12.387.105,56	0,000	24,55
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesa Primária gerada por PPP (V)												
Imposto do sítio dos PPP (VI) = (IV-V)												

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2020 a 2021, LOA 2022 - projeção de receita em dados históricos de arrecadação e considerando os seguintes parâmetros: Projeção inflação, 2022 crescimento econômico e metodologia MDF 10ª ed estimativa da receita / natureza dos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

**LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE**

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
PIB real (crescimento % anual)	1,5	2,5	2,5
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,86	3,8	3,2
Índice de deflação calculado	1,068	1,038	1,0320
*Projeção do PIB do Estado - R\$	356.597.500.000	370.148.205.000.000	381.992.047.560.000
RCL	50.451.114,22	52.368.256,56	54.044.040,77

IPCA e PIB NACIONAL - <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus> - Projeções Longo Prazo em 22 de abril de 2022

% RCL e (RCL) x 100
0,9221
0,90
0,9221
0,9315
0,9005
0,0229
0,21
0,23



**DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2023**

Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	41.896.655,93	47.194.681,22	1,01	42.700.000,00	0,010	47.251.820,00	0,011	50.559.447,40	1,070%	55.615.392,14	0,011	
Receitas Primárias (I)	42.454.913,10	47.194.681,22	1,01	42.700.000,00	0,010	47.251.820,00	0,011	50.559.447,40	1,070%	55.615.392,14	0,011	
Despesa Total	41.809.687,04	43.608.144,20	1,02	42.700.000,00	0,010	47.251.820,00	0,011	50.559.447,40	1,070%	55.615.392,14	0,011	
Despesas Primárias (II)	41.809.687,04	43.608.144,20	1,02	42.675.925,88	0,010	47.225.179,58	0,011	50.530.942,15	1,0700%	55.584.036,36	0,011	
Resultado Primário (III) = (I - II)	645.226,06	3.586.537,02	0,04	24.074,12	0,037	24.940,79	1,036	28.505,25	1,14%	31.355,78	0,011	
Resultado Nominal	822.725,53	4.374.301,33	0,64	525.408,14	0,006	1.199.039,28	0,023	871.294,38	0,0073	958.423,81	1,10	
Dívida Pública Consolidada	13.842.235,29	13.838.713,11	0,01	14.520.504,82	0,000	11.348.837,22	0,008	10.341.181,55	0,01	9.420.299,17	0,91	
Dívida Consolidada Líquida	10.722.615,09	6.016.017,55	1,05	11.248.023,23	0,010	12.447.062,51	0,011	13.318.356,88	0,01	14.650.192,57	1,10	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	46.111.459,52	51.942.466,15	1,13	42.700.000,00	0,82	43.550.064,52	1,02	47.251.820,00	1,09	50.559.447,40	1,07	
Receitas Primárias (I)	46.725.877,36	46.725.877,36	1,00	42.700.000,00	0,91	43.550.064,52	1,02	47.251.820,00	1,09	50.559.447,40	1,07	
Despesa Total	46.015.741,56	51.942.466,15	1,13	42.700.000,00	0,82	43.550.064,52	1,02	47.251.820,00	1,09	50.559.447,40	1,07	
Despesas Primárias (II)	46.015.741,56	46.599.662,89	1,01	42.675.925,88	0,92	43.727.018,13	1,02	47.225.179,58	1,08	50.530.942,15	1,07	
Resultado Primário (III) = (I - II)	710.135,80	3.832.573,46	5,40	24.074,12	0,01	-176.953,61	-7,35	26.640,42	-0,15	28.505,25	1,07	
Resultado Nominal	905.491,72	4.674.378,40	5,16	525.408,14	0,1	1.105.105,32	2,10	814.293,81	0,74	871.294,38	1,07	
Dívida Pública Consolidada	15.234.764,16	14.788.048,83	0,97	14.520.504,82	0,98	10.459.757,81	0,72	9.664.655,65	0,92	8.563.908,34	0,89	
Dívida Consolidada Líquida	11.801.310,17	6.428.716,35	0,54	11.248.023,23	1,75	11.471.947,01	1,02	12.447.062,51	1,09	13.318.356,88	1,07	

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2020 a 2021, SF, LOA 2022 – projeção de receita em dados históricos de arrecadação e considerando os seguintes parâmetros: inflação, crescimento econômico e método MDF 10ª edição, estimado por receita/natureza dos exercícios de 2020, 2021 e 2022

	2021	2022	2023	2024	2025
ÍNDICE DE INFLAÇÃO	10,06%	6,86%	3,80%	3,20%	3,25%
Base de cálculo dos valores constantes (MDF 2020)	1,101	1,069	1,107	1,0700	1,1000





**DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

PREFEITURA DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
**2023**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB(a/PIB)x100	%RCL (a/RCL)x100	Metas Realizadas 2021 (b)	% PIB(b/PIB)x100	%RCL (b/RCL)x100	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	42.700.000,00	0,012	90,48	47.194.681,22	0,014	100,00	4.494.681,22	1052,62%
Receitas Primárias (I)	42.700.000,00	0,012	90,48	47.194.681,22	0,014	90,12	4.494.681,22	1052,62%
Despesa Total	42.700.000,00	0,012	90,48	43.608.144,20	0,013	92,40	908.144,20	212,68%
Despesas Primárias (II)	42.675.925,88	0,012	90,43	43.608.144,20	0,013	92,40	932.218,32	218,44%
Resultado Primário (III) = (I-II)	24.074,12	0,051	0,05	3.586.537,02	0,001	7,60	-17.372.672,98	-58438,57%
Resultado Nominal	525.408,14	0,000	1,11	4.374.301,33	0,001	9,27	3.848.893,19	-1201,12%
Dívida Pública Consolidada	14.520.504,82	0,004	30,77	13.838.713,11	0,003	18,39	1.863.161,79	232,51%
Dívida Consolidada Líquida	11.248.023,23	0,003	23,83	6.016.017,55	0,002	12,75	5.232.005,68	-1303,21%

FONTE: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2021

LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE

VARIAVEIS	2021	2022	2023
PIB do Estado em RS	347.900.000,000	356.597.300.000,00	363.729.450.000,00
Receita Corrente Líquida	47.194.681,22	50.451.114,22	52.368.256,56



**DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2023**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	3.819.357,33		2.953.834,80		133.942,28	
Reservas	61.093.294,97		54.196.223,56		55.855.788,02	
Resultado Acumulado	57.273.937,64		51.242.388,69		55.721.845,74	
<b>TOTAL</b>	<b>7.638.714,66</b>		<b>5.907.669,67</b>		<b>267.884,56</b>	

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Patrimônio						
Reservas	<b>O MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>					
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:



**DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
PREFEITURA DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00		
Alienação de Bens Imóveis			
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

LDO 2023- MUNICÍPIO DE COTEGIPE  
Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:



**DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2023**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS	2019	2020	2021
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>			
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2023**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
<b>O MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA</b>				

OTEGIPE

**IV - avaliação da situação financeira e atuarial:**

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;  
**LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE**



**DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2023**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
IPTU	RE-FIS					
<b>TOTAL</b>						
<b>LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE</b>						



**DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

MUNICÍPIO DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2023**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		RS 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2022	
Aumento Permanente da Receita		478.705,00
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		95.641,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		383.064,00
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III) = (I-II)		383.064,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		0,00
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		383.064,00

**LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE**

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF. Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2023 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2021-2022. Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Como demonstrado acima, o Município apresenta Margem Líquida de Expansão para utilizar como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO, assim sendo declaramos que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2023, adequar-se-ão às receitas do Município.



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE COTEGIPE**

**Demonstrativo IX**

**Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais**

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000)

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas anuais para o período que compreende os anos de 2023, 2024 e 2025, levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de 2019, 2020 e 2021, bem como a projetada até o final do ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado. Utiliza-se para os anos de 2020, 2021, 2022 respectivamente:

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 3,8%, 3,2% e 3,0%;
- II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 2,5%, 2,5% e 2,5%;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 4,1%(2021), 2,3% (2022) e 2,5%;(2023)

A aplicação dos métodos de projeção levam em consideração a oscilação das receitas que compreendem o período de 2020 a 2021, sendo aplicada nestas a correção com base no respectivo índice de preço. Além disso, a título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação.

Para as receitas que durante os três anos da série histórica se apresentaram com crescimento linear, foram aplicadas projeções estatísticas com base na tendência para o exercício a que se refere à LDO e para os dois subsequentes.



**ANEXO III- DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1.00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	<b>Os Riscos fiscais e passivos contingentes apresentados possuem mensuração imprecisa e de grande complexidade, desta forma justifica-se a não apresentação de valores neste campo.</b>	Estes passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas do município previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência, consignada à Lei Orçamentária do exercício.	Valor da Dotação orçamentária consignada para a reserva de contingência na lei Orçamentária anual de 2019.
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>			
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>			
<b>TOTAL</b>			

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 3º: LDO 2023 MUNICÍPIO DE COTEGIPE

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.